

## **SOBRE AS RAÍZES CONSERVADORAS DOS FALARES BRASILEIROS**

**ÍTALA MARIA WANDERLEI DA SILVA**  
Prof. Colaborador do Dep. de Letras e Ci.  
Humanas da UFRPE (1977 a 1979)  
Prof. Assistente do Dep. de Letras da Univ.  
Fed. de Pernambuco (UFPE).

*No atual estudo procurou-se evidenciar o caráter conservador dos falares brasileiros, ainda não estudados, adequadamente, pela lingüística dialetológica. A necessidade de uma documentação científica desses falares, justificou-se pelo fato de que, com o progresso e expansão dos centros urbanos, tem havido uma tendência crescente à nivelação lingüística e conseqüente descaracterização das peculiaridades regionais da linguagem.*

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre as raízes conservadoras da língua portuguesa falada no Brasil, presentes, principalmente, na linguagem de cunho popular, bem como uma breve apreciação do que se tem feito no campo da pesquisa dialetológica.

Visando a uma exata compreensão dos falares brasileiros, abordar-se-ão, de início, algumas das principais teorias a respeito de língua e variações lingüísticas.

Como se sabe, o português trasladado para o Brasil na época colonial, e que é a base do nosso idioma, foi o do tipo rústico com características arcaicas. Torna-se necessária, portanto, uma análise sucinta das condições ambientais que aqui encontrou e de como se desenvolveu.

Outro ponto digno de destaque é o da língua brasileira. Os chamados brasileirismos, considerados pelos puristas como vícios de linguagem e, pelos nacionalistas, a expressão de um novo idioma, provocaram fortes polêmicas que ainda hoje merecem esclarecimentos.

Finalmente, será evidenciada a necessidade de documentação científica de fatos lingüísticos das comunidades rurais em franco processo de transformação, o que tem provocado modificações acentuadas no panorama lingüístico regional.

## A LÍNGUA E SUAS VARIAÇÕES

Para a interação social entre os falantes de uma determinada comunidade é necessário que seus membros possuam em comum um código lingüístico ou língua.

Sendo assim, a língua apresenta-se como uma unidade, no entanto, essa unidade é composta de múltiplas variações.

Definindo a língua, diz CÂMARA JR.:

“A língua como unidade é uma estrutura ideal que apresenta em si os traços básicos comuns a todas as variedades. É a variante abstrata e virtual sobreposta a um mosaico de variantes concretas e atuais”<sup>4</sup> (p. 7).

Para SAUSSURE:

“É ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessas faculdades do indivíduo”<sup>20</sup> (p. 17).

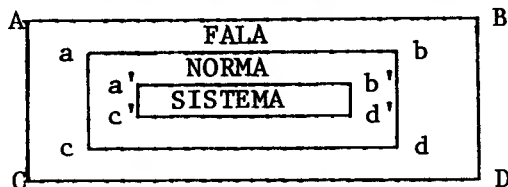
Por trás do caráter unitário e abstrato, a língua muda, freqüentemente, para adaptar-se às necessidades de comunicação de um grupo social, apresentando um equilíbrio instável. É composta de signos estruturados e, quando alguns desses signos são combinados e atualizados, realiza-se um ato da fala.

Fala é, por conseguinte, a expressão da língua, um ato concreto e individual. Língua e fala são entidades dependentes. A língua só pode ser conhecida através dos atos da fala, que por sua vez só podem ser realizados tendo por base uma língua. Após referir-se à língua como uma instituição social, acrescenta SAUSSURE:

“A língua forma um todo com a vida da massa social e esta, sendo naturalmente inerte, aparece antes de tudo como um fator de conservação. A todo instante, a solidariedade com o passado põe em xeque a liberdade de escolher”<sup>20</sup> (p. 88).

Para o mesmo autor, a língua não constitui uma função do falante. É o produto que o indivíduo registra passivamente. É exterior ao indivíduo, que por si só não pode criá-la nem modificá-la.

Essa visão dicotômica do fenômeno lingüístico foi depois reformulada por COSERIU<sup>6</sup>, ao representar uma concepção tripartida da linguagem no seguinte esquema:



Define o sistema (a' b' c' d') como o conjunto de oposições funcionais. É o sistema que garante o funcionamento da língua como instrumento da comunicação e o segundo grau de abstração. Corresponde à langue de SAUSSURE<sup>20</sup>.

Já a norma (a b c d) são as realizações comuns que se comprovam nos atos lingüísticos. Representa o primeiro grau de abstração e pode ser variável de acordo com o tipo de coletividade e situação. Como consequência, ter-se-á a norma familiar, popular, literária, culta, entre outras.

Por se considerar a língua como um contínuo na comunidade, no tempo e no espaço, sistema e normas são conceitos estruturais e por isso mesmo sincrônicos, estáticos. Correspondem a um estado, isto é, a um momento que se coloca fora do tempo, abstração científica do perpétuo movimento da língua (COSERIU<sup>6</sup>).

Na fala (A B C D) estão os atos lingüísticos concretamente registrados no momento de sua produção. Esta é também a conceituação dada por SAUSSURE<sup>20</sup>, todavia colocando-a em segundo plano de preocupação para o lingüista. Tal não é a opinião de COSERIU<sup>6</sup>, ao afirmar que o sistema e a norma não são realidades autônomas e opostas à fala, que é uma realidade unitária e homogênea, porém formas que se comprovam na fala, abstrações que se elaboram sobre a base da atividade lingüística concreta, em relação aos modelos que utiliza.

CÂMARA JR.<sup>4</sup>, numa visão sintética, classifica as variações lingüísticas em horizontais e verticais.

As variações horizontais ocorrem em função do tempo e do espaço geográfico, enquanto as verticais dependem das classes sociais e das interferências entre elas.

No caso específico da língua portuguesa, as variações temporais levam de sua origem ao português moderno. Já as variantes espaciais processam-se em várias graduações, desde as simples alterações fonéticas e lexicais até as morfológicas e semânticas.

Segundo CASTILHO, no primeiro grupo das relações espaciais estariam os falares e no segundo, os dialetos: "Quando as pessoas que se servem de falares distintos entram em contato, percebem apenas que procedem de regiões geográficas diferentes. No caso dos dialetos, os embaraços à compreensão deixam escassamente entrever um fundo lingüístico comum"<sup>5</sup> (p. 2). É muito difícil estabelecer distinções objetivas entre falar, dialeto e ainda *subfalar*. O mais adequado é, seguindo a tendência comum, usá-los como sinônimos ou parassinônimos.

Modernamente HALLIDAY<sup>11</sup> et alii, ao definir a língua como um contínuo de dialetos falados numa comunidade, coloca-se diante de uma visão bem distinta dos conceitos tradicionais de dialeto. Na definição clássica, o dialeto era geograficamente limitado, sendo suas fronteiras as da divisão política administrativa e, muitas vezes, considerado uma forma inferior da língua, ou linguagem deturpada.

ROMERO, analisando as transformações da língua portuguesa na América, esclarece:

"O vocábulo dialeto é tomado em três acepções distintas: como **sinônimo** impróprio de língua e idioma em geral; como **forma inferior** de uma língua e como uma **subdivisão de um idioma** correspondendo a uma subdivisão de um povo"<sup>19</sup> (p. 236).

Com HALLIDAY<sup>11</sup>, o termo ganhou uma nova dimensão. É definido como uma variedade do idioma diferenciada de acordo com o usuário. Assim, grupos diferentes de pessoas dentro de uma comunidade lingüística falam diferentes dialetos. Os dialetos regionais são agrupados em áreas dialetais maiores, podendo haver variações no interior de cada área. Subjacente aos vários dialetos, deve estar presente um contínuo que assegure uma única comunidade lingüística.

Já quanto à realização concreta da língua, isto é, à fala, não se pode esquecer o plano das variações verticais, que adquire diferentes níveis, subordinados a fatores sócio-culturais.

Essas variações são classificadas em três grupos básicos que conduzem à língua culta ou padrão, onde se observa atentamente o aspecto normativo, determinado pela gramática, sendo considerado o nível de maior prestígio social, à língua coloquial, de mensagem simples e espontânea, acessível às várias classes sociais, e à língua popular, utilizada por pessoas de pouca instrução.

O nível popular é o de menor prestígio social. Seus falantes concentram-se nas regiões periféricas dos centros urbanos e nas regiões rurais. Por conseguinte, a língua popular pode ser rural para o exercício das atividades agrícolas e urbana para o uso dos centros citadinos (LIMA SOBRINHO<sup>12</sup>).

As tentativas para uma divisão dos falares brasileiros têm resultado infrutíferas, pois, seguindo critérios geográficos, têm desprezado aspectos das variações dialetais conforme o uso que se faz da língua.

O conhecimento científico da nossa realidade lingüística seria, portanto, o primeiro passo para um trabalho proveitoso, neste sentido.

Segundo ELIA “a pobreza do material de que dispomos torna precária qualquer delimitação das áreas lingüísticas brasileiras”<sup>10</sup> (p. 230).

Na verdade, todos os critérios adotados pelos dialetólogos apresentam-se provisórios, por falta de dados lingüísticos científicos capazes de delimitar as fronteiras dialetais do país.

Comenta SILVA NETO:

“Só o futuro e ansiosamente esperado Atlas Lingüístico e Etnográfico nos poderá dar uma correta divisão dialetal do Brasil. Com efeito, só quando tivermos uma rigorosa distribuição das mais características isoglossas do domínio lingüístico brasileiro poderemos delimitar-lhe as variedades. Até lá, contudo, temos de nos contentar com aproximações”<sup>22</sup> (p. 263).

## A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

A língua trazida para o Brasil na época da colonização como é natural, pelo fato de língua transplantada, é a própria língua portuguesa do século XVI.

Na Europa, uma das características sociais da época foi o ideal desenvolvido pelo nacionalismo, que pregava a coesão e unidade dos Estados. Esse ideal estendeu-se ao idioma. Como consequência, criou-se uma língua nacional, especialmente literária, imposta artificialmente, desprezando e considerando inferiores as diversas variedades lingüísticas, “formas dialetais, modalidades espúrias de dizer, fruto de ignorância e bruteza” (CÂMARA JR. <sup>3</sup>, p. 72).

Logo de início, dois fatos merecem ser observados. O primeiro é a grande diferença existente em Portugal entre o português da elite, considerado padrão e o falado pelas camadas populares. Um por imposições literárias e o outro nascido do povo. O segundo fato, decorrente do primeiro, faz ver que o conceito de dialeto era interpretado como uma variação degradante da linguagem. Essa conotação adquiriu também no Brasil, o que provocou muitas contravérsias.

Pode-se ainda acrescentar que os colonizadores vieram de várias regiões de Portugal, principalmente das zonas rurais e, portanto, eram de um nível social humilde, muitas vezes analfabetos. O português trazido por esses grupos era um misto dos falares metropolitanos, com características comuns a todas as províncias portuguesas, e aqui receberam influências indígenas e africanas.

De acordo com SILVA NETO<sup>21</sup>, na constituição do português falado no Brasil, há, desde o século XVI, duas tendências: uma na qual condições sociais específicas provocaram modificações rápidas e outra conservadora que se desenvolveu lentamente.

Por conseguinte, de um lado existiram os falares das grandes massas, que, por razões circunstanciais, aprenderam de forma imperfeita e rápida a língua imposta pelo branco europeu. Do outro lado estava o falar de uma população proveniente de vários pontos de Portugal e que, em um ambiente diverso, elaborou um denominador com características conservadoras.

Embora tenham sido frequentes os contatos dos negros com as famílias brancas, não se produziram transformações fonológicas e gramaticais a ponto de comprometerem as tendências estruturais do idioma.

“No Brasil não há positivamente influências de línguas africanas. O que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios e que poderíamos chamar de dialetos crioulos — falas de emergência que aos poucos se foram aperfeiçoando” (MELO<sup>14</sup>, p. 39).

Quanto à citação anterior, incluindo o índio em igualdade de condições ao negro, adverte-se que o colonizador para se comunicar com o indígena aprendeu a língua geral com base no tupi, desprovida dos traços fonológicos mais típicos, de modo que correspondessem à consciência lingüística do branco. Esse tupi, chamado missionário pela influência dos jesuítas, só trouxe ao português empréstimos lexicais.

Vale salientar que os indígenas não se submeteram ao invasor como os negros. Refugiaram-se no interior, por não concordarem com o ritmo de vida imposto e, conseqüentemente, não tiveram interesse em aprender o que falava o branco.

Sobre a origem da língua popular falada no Brasil, pronuncia-se RIBEIRO, citado por PINTO:

“No século XV foi que se formou a linguagem de devia ser popular e plebéia no século seguinte, o da descoberta e primeira colonização do Brasil. Os aventureiros exploradores e o povo que emigrou para a América não falavam a língua culta dos quinhentistas eivados de erudição latina e italiana, mas a linguagem documentada do século XV”<sup>17</sup> (p. 352).

A língua popular, a transmitida, seguiu sozinha, desde a sua origem, o seu próprio curso, enquanto a língua culta, a adquirida, pela obediência passiva às normas lingüísticas da Colônia, manteve-se unificada. Isto contribuiu para aumentar ainda mais a distância entre as duas, fato ainda hoje observado (CUNHA<sup>9</sup>).

Referindo-se à instabilidade da língua popular, comenta MELO:

“Não se deve falar em língua popular, mas em linguagens populares, pois elas são essencialmente variáveis e móveis, apresentando não raro um mesmo dialeto oscilação de formas para idêntico caso: eles falô, eles falarum, eles falaro, por exemplo”<sup>14</sup> (p. 90).

Ainda observa CUNHA:

“O português, pela sua própria origem, apresenta todas aquelas liberdades e indecisões que caracterizam as línguas de base essencialmente rural, nas quais a força niveladora das cidades ou não se exerceu, ou só veio a agir tardiamente”<sup>9</sup> (p. 53).

A influência retificadora e depuradora das ondas lingüísticas dos imigrantes e a ação unificadora da língua escrita que apreendida pela vista estaciona e faz regredir em muitos casos a evolução fonética, desfazendo as diferenças locais, foram menos sentidas pelas camadas inferiores da população analfabeta. Conservam os defeitos iniciais do idioma transplantado.

É, portanto, na linguagem dos primeiros colonizadores que reside a força conservadora dos nossos falares.

Dai por que quanto mais se estuda o português do Brasil, mais evidentes se tornam suas raízes conservadoras do português lusitano e que falado por camadas populares chegou até nós. Tal fato foi muito bem observado por MELO: “Um exame consciencioso das divergências atuais entre o português do Brasil e o de Portugal nos patenteará, em primeiro lugar, que grande parte dos fatos sintáticos brasileiros são apenas arcaísmos conservados”<sup>14</sup> (p. 39).

## BRASILEIRISMOS

Ao tornar-se nação politicamente independente surgiu nos brasileiros o desejo de independência cultural. Compreenderam que o primeiro passo para atingir esse objetivo seria a criação de uma língua e literatura nacional, ou melhor, brasileira.

Não se pode negar que por condições históricas e sociais diversas, o português falado no Brasil adquiriu matizes peculiares em relação ao de Portugal. Os brasileiros entusiastas, anteviam nessas diferenças a formação de um novo idioma, tal como aconteceu com o latim em sua evolução.

Nos primeiros estudos sobre o português no Brasil exagerava-se a influência indígena. Depois, com a vinda dos negros, passou-se a fazer o mesmo com a influência africana. "Faltavam, entretanto, a esses estudos, além do conhecimento das línguas americanas e africanas, o embasamento de uma cultura lingüística românica" (CÂMARA JR. <sup>3</sup> p. 37).

"A tese implícita dos que apelam para o substrato indígena ou africano, afirma SILVA NETO, é que, com isso, se teve uma nova língua no ambiente americano. Essa tese é evidentemente falsa. Surgiu no Brasil independente como uma reação à submissão literária e lingüística extremadas que não aceitavam as alterações naturais e respeitáveis que a língua assumira na América"<sup>21</sup> (p. 91).

Procurou-se, num exagero oposto, estabelecer uma norma lingüística nova, fundamentada no uso geral do Brasil, consubstanciada na fórmula do filólogo e dicionarista SOARES:

"Já é tempo de escrevermos como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal"<sup>23</sup> (Prólogo).

Profetizando o fim do idioma português, admitiu:

"Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o léxico brasileiro não há de ser mais o léxico português" (SOARES, citado por PINTO<sup>17</sup>, p. 43).

"Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce inauferível direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abrasi-leirando o instrumento das idéias" (CUNHA<sup>9</sup>, p. 24).

A solução doutrinária radical foi a tese da existência de uma língua brasileira, fundamentada nas idéias lingüísticas sobre a evolução e sobre as influências dos substratos lingüísticos dos negros e indígenas. Criou-se, então, o termo brasileiro para designar o modo de falar próprio do povo brasileiro.

À luz da lingüística moderna esses dois princípios hoje não podem ser mantidos. A evolução lingüística está intimamente ligada a condições culturais e sociais.

Opondo-se a essa evolução, muito acertadamente, afirma SILVA NETO:

“A língua longe de ser um organismo é um produto social. Segue os destinos dos que a falam, é o que dela fazem as sociedades que a empregam. Não está obrigada a prosseguir na sua trajetória leis determinadas”<sup>21</sup> (p. 18).

Desta forma, negou categoricamente o determinismo biológico, transportado para a linguagem.

Quanto à teoria dos substratos indígenas e africanos, houve, na verdade, do contacto dos colonizadores com esses dois grupos étnicos, um enriquecimento do idioma português do Brasil e não interferência na sua estrutura. Permanece tanto em Portugal como no Brasil identidade de oposições fundamentais, quer de natureza gramatical, quer de natureza fonológica, o que garante a sua unidade lingüística.

Referindo-se ao insucesso da questão, pronuncia-se CUNHA:

“Por ser uma atividade de rebeldia contra o opressivo contorno social, mais um espírito do que uma realidade, é que a tese da ‘língua brasileira’ nunca pôde ser formulada como um corpo de doutrina coerente”<sup>9</sup> (p. 26).

Falando do movimento modernista de 1922, chefiado por Mário de Andrade, que pretendia compor a **Gramatiquinha da Fala Brasileira**, conclui:

“É de presumir, é quase certo — poderíamos adiantar — haver ele desistido do projeto por não ter encontrado na sua obra, nem na de seus companheiros, os elementos indispensáveis para provar a existência de um sistema lingüístico diferente do português europeu, o que, a rigor, justificaria uma língua brasileira” (CUNHA<sup>9</sup>, p. 26).

O termo “brasileirismo”, surgido na época da polémica nacionalista, foi considerado pelos puristas como um vício de linguagem e nem sempre interpretado da mesma forma.

Veja-se o que dizem estudiosos no assunto:

“Brasileirismo é maneira de exprimir peculiar e estranha ao falar português” (NUNES<sup>16</sup>, p. 201).

“Brasileirismo são vocábulos ou locuções de língua portuguesa falada pelos brasileiros, os modos de dizer especiais do idioma luso-brasileiro. Dentre os brasileirismos léxicos notam-se certos vocábulos tomados às línguas e aos dialetos americanos e africanos. Na sintaxe notam-se também brasileirismos entre os quais predominam as construções em que são dispostos os pronomes complementos de modo contrário à ordem que, no tecido da frase, sempre lhes deram os escritores, textos desenganados do bom dizer” (RIBEIRO<sup>18</sup>, p. 843-7).

ALBUQUERQUE<sup>1</sup> divide os brasileirismos em:

- a) palavras originárias das línguas indígenas e incorporadas ao nosso léxico;
- b) vocábulos arcaizados em Portugal, mas conservados no Brasil;



- c) significações novas atribuídas a vocábulos recebidos de Portugal;
- d) vocábulos de outras línguas que aqui se deturparam.

Essa classificação muito ampla contrasta com a compreensão do fenômeno por COUTINHO:

“A denominação de brasileirismos só deve caber aos modismos exclusivamente nossos, ou aos fatos novos, que resultaram da adaptação e uso quotidiano no idioma no meio brasileiro, em discordância com os que existiram ou existem atualmente em Portugal”<sup>7</sup> (p. 337).

Tal conceituação afasta do rol dos brasileirismos palavras e construções que existiram em Portugal, embora em época remota, e coincide com a visão de RIBEIRO citado por COUTINHO:

“Muitos dos nossos brasileirismos e muito da nossa gramática, não passam de arcaísmos conservados na América”<sup>7</sup> (p. 337).

Os brasileirismos, antes tão numerosos, ficaram reduzidos ao domínio do léxico e da pronúncia. Na sintaxe, que oferece maior resistência a mudanças, são raros os casos (COUTINHO<sup>7</sup>).

Conseqüentemente, muitos dos chamados brasileirismos são hoje considerados simples arcaísmos, o que vem confirmar a seguinte observação:

“. . . à medida que se vão melhor conhecendo a língua arcaica e os dialetos portugueses, diminui o número de brasileirismos” (MELO<sup>14</sup>, p. 40).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu anteriormente, o caráter conservador do português do Brasil, notadamente na fala popular, é um ponto indiscutível e reconhecido pelos estudiosos do nosso idioma.

É de se estranhar, entretanto, que técnicas da lingüística moderna não tenham sido utilizadas até o momento para se detectar cientificamente o fenômeno. Exemplos de termos e expressões citados, a título de ilustração, têm sido colhidos aleatoriamente e continuam à espera de uma comprovação sistemática.

Pouco se tem feito até então para o conhecimento da nossa realidade lingüística. É diminuta a quantidade de trabalhos de fôlego neste campo de pesquisa, comparada à dimensão do nosso território.

Os estudos dialetológicos iniciaram-se no Brasil com o Dialeto Caipira de AMARAL<sup>2</sup>, publicado em 1920. A seguir surgiram os trabalhos de MARROQUIM<sup>13</sup>, NASCENTES<sup>15</sup> e TEIXEIRA<sup>24</sup>. De grande importância para o conhecimento do nosso idioma, esses estudos, quando realizados, utilizaram técnicas metodológicas que, hoje em dia, estão muito distantes das postuladas pela lingüística moderna.

Já em 1920 AMARAL<sup>2</sup> chamava a atenção para a importância e a urgência de um estudo sistemático dos nossos falares, segundo ele, condenados a perecerem pela progressiva nivelção cultural. Compreendia o citado autor a estreita relação entre o destino da língua e o da cultura e o fato de ser aquela um dos elementos mais importantes desta.

Infelizmente, ainda hoje, se dispõe de poucos Atlas Lingüísticos Regionais — como exemplo, citam-se o Atlas dos Falares Baianos de Néilson Rossi e o Atlas L. de Minas Gerais — e de um pequeno número de monografias, material que não permite traçar, com precisão, as fronteiras dialetais brasileiras.

Não há dúvidas de que, nesta última década, o crescimento vertiginoso de núcleos urbanos, cujo raio de influências se projeta a locais antes esquecidos e isolados, tem provocado alterações profundas nos hábitos lingüísticos regionais. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, levando o rádio e a televisão aos lugares mais distantes, com o encurtamento das distâncias pelas estradas asfaltadas, verifica-se a crescente difusão de uma linguagem modernizada que vai gradativamente descaracterizando os nossos falares regionais.

Referindo-se ao Dialeto Caipira, estudado por AMARAL<sup>2</sup>, afirma CUNHA: “Hoje não poderíamos fixar a fisionomia desse falar que em poucas décadas se deixou absorver numa unidade lingüística maior. Número relativamente restrito de falares e falares relativamente instáveis são, do nosso ponto de vista, as coordenadas sociais e naturais que não só os justificam, mas também os condicionam”<sup>8</sup> (p. 33).

É, portanto, evidente a necessidade da documentação científica de aspectos lingüísticos das comunidades rurais que têm vivido, até recentemente, isoladas da civilização, por condições histórico-geográficas, sem os efeitos niveladores do progresso, antes que sejam absorvidos, no dizer de CUNHA<sup>8</sup> por uma “unidade maior”.

## ABSTRACT

This study attempts to show the conservative character of Brazilian dialects as yet inadequately studied by dialectological linguistics. The need for a scientific study of these dialects is justified by the fact that the growth and expansion urban centers has caused an increasing tendency toward a linguistics levelling and consequent forgetfulness of regional peculiarities of language.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — ALBUQUERQUE, Tenório, d'. *Falsos brasileirismos*. Rio de Janeiro, Ed. Getúlio Vargas, s. d. p. 38-46.
- 2 — AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo, HCITEC, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976. p. 41-4.

- 3 – CÂMARA JR., Mattoso. *Dispersos*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. p. 37-72.
- 4 – —. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1976. p. 6-10.
- 5 – CASTILHO, Attaliba T. de. *Rumos da dialetologia portuguesa*. São Paulo, Diretório Acadêmico, 1974. p. 2-20.
- 6 – COSERIU, Eugenio. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. 3. ed. rev. e corr. Madrid, Gredos, 1973. p. 90-110.
- 7 – COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1972. p. 337-40.
- 8 – CUNHA, Celso. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, FENAME, 1972. p. 30-3.
- 9 – —. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1972. p. 20-52.
- 10 – ELIA, Sílvio. *Ensaio de filologia e lingüística*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Grifo, 1976. p. 230.
- 11 – HALLIDAY, M. A. K. et alii. Os usuários e os usos da língua. In: —. *Ciências lingüísticas*. Petrópolis, Vozes, 1974. p. 105-11.
- 12 – LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1958. p. 90-5.
- 13 – MARROQUIM, Mário. *A língua do nordeste*. São Paulo, Ed. Nacional, 1934. 234 p.
- 14 – MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 3. ed. melh. e aum. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1975. p. 1-129.
- 15 – NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953. 217 p.
- 16 – NUNES, José de Sá. *Língua vernácula*. São Paulo, Saraiva, 1938. p. 200-1.
- 17 – PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil; textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978. p. 40-340.
- 18 – RIBEIRO, Carneiro. *Serões gramaticais ou nova gramática portuguesa*. 2. ed. aum. e rev. s. 1., s. ed., 1915. p. 843-7.

- 19 – ROMERO, Sílvio. Transformações da língua portuguesa na América. In: —. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1977. p. 234-54.
- 20 – SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 8. ed. São Paulo, Cultrix, 1977. p. 15-100.
- 21 – SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro, Presença, 1977. p. 18-209.
- 22 – —. *Língua cultura e civilização*. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1960. p. 250-65.
- 23 – SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Livro, 1954. v. 1.
- 24 – TEIXEIRA, José d'Aparecida. *Estudos da dialetologia portuguesa – Linguagem de Goiás*. São Paulo, Anchieta, 1944. 169 p.